



4º Encontro Internacional de Política Social
11º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Mobilidade do capital e barreiras às migrações:
desafios à Política Social
Vitória (ES, Brasil), 6 a 9 de junho de 2016

Eixo: Mundo do Trabalho

**CONDIÇÕES DE VIDA DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS E
ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO**

Mari Aparecida Bortoli¹
Carlos Nelson dos Reis²
Heloísa Teles³

Resumo

O objetivo deste texto é contribuir com as discussões das relações entre as condições de vida dos catadores de materiais recicláveis e as formas de enfrentamento a exploração do trabalho engendradas na área da coleta seletiva. São apresentados dados colhidos por meio de entrevistas e observações nas quais são evidenciadas as condições de moradia, saúde e escolaridade dos catadores, assim como as formas associativas e cooperativas que competem para a organização do trabalho de coleta. Conclui-se que as condições de vida dos catadores demandam formas específicas de inclusão social e econômica condicionadas pela criação de condições de trabalho.

Palavras-chaves: Catadores. Coleta seletiva. Trabalho.

Abstract

The purpose of this paper is to contribute to the discussions of the relationship between the living conditions of recyclable material collectors and ways of confronting labor exploitation engendered in the field of selective collection. Data are presented gathered through interviews and observations in which are evidenced housing conditions, health and education of collectors, as well as the associative forms and cooperatives competing for the organization of the collection work. It is concluded that the living conditions of collectors require specific forms of social and economic inclusion conditional on the creation of working conditions.

Keywords: Waste pickers. Selective collection. Work.

INTRODUÇÃO

Com este texto pretendemos problematizar as condições de vida dos catadores de materiais recicláveis e as formas de enfrentamento à exploração do trabalho engendradas na área da coleta seletiva. Nosso objetivo é contribuir com as discussões que vem sendo realizadas a partir desses temas, evidenciando as relações entre os modos de organização e as políticas de inclusão econômica e social dirigidas ao

¹ Bolsista PNPd/CAPES no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social - PUCRS. Líder do GP Movimentos Sociais Direitos e Políticas Sociais MOVIDOS. E-mail: <mari.bortoli@pucrs.br>.

² Economista e professor permanente do PPGSS/PUCRS. Integrante do Núcleo de Pesquisa em Economia Social NEPEs. E-mail: <cnelson@pucrs.br>.

³ Assistente Social, docente na UCS e doutoranda em Serviço Social no PPGSS/PUCRS. E-mail: <hteles@ucs.br>.

segmento de catadores, no contexto das transformações tecnológicas e de reestruturação econômica.

Apresentamos dados provenientes de pesquisa, de cunho quanti-qualitativo, na qual foram utilizadas técnicas bibliográfica, documental e empírica, integrando dados estatísticos coletados por meio de formulários e entrevistas com 150 catadores de um município da Região Metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, entre os anos de 2008 e 2012. Cabe ressaltar que esses dados foram coletados para fins de pesquisa de tese de doutoramento, respeitando as exigências da ética na pesquisa.

Neste texto, mostramos que os catadores protagonizam a condição de trabalhadores que atuam na coleta de materiais recicláveis como fonte da subsistência própria e dos seus familiares. Eles atuam como terceirizados e/ou informais e reivindicam a implementação de políticas de inclusão social e econômica para atender suas necessidades. Politicamente se organizam na condição de movimento social e defendem a autogestão das atividades de coleta, organizada nas formas associativas e cooperativas.

Nos últimos anos do século XX e, especialmente na primeira década do século XXI, as associações e cooperativas de trabalho passaram a ser propostas como alternativas tanto pelos trabalhadores quanto pelo modelo flexível de gestão da produção. Este, em busca de mais produtividade e lucratividade facilita a instauração de mecanismos destinados ao barateamento dos custos da produção e à diminuição dos postos de trabalho. Por sua vez, os catadores irão disputar as formas associativas e cooperativas para garantir condições de vida e trabalho em um contexto de desenvolvimento tecnológico que compete para o avanço da precarização das condições de trabalho e da desregulamentação dos direitos dos trabalhadores.

Para apresentar a discussão e análise desses temas organizamos este texto em duas partes. Na primeira destacamos os dados referentes as condições de vida dos catadores e, na parte seguinte, apresentamos aspectos pertinentes às relações forjadas nos processos de inclusão econômica e social em que se inserem os catadores, bem como as tecnologias produzidas e acessadas para a realização do trabalho de coleta.

Cabe ressaltar, ainda, que esses dados e análises vêm alimentando discussões no âmbito acadêmico e junto ao segmento de catadores para atendimento as suas demandas e necessidades no campo da proteção social. Sendo assim, sua apresentação em diversos eventos científicos tem contribuído para aprofundar o conhecimento da temática,

cumprindo papel importante da academia no processo de formação de pesquisadores e na socialização dos conhecimentos que produz acerca dos processos e políticas sociais.

1. CONDIÇÕES DE VIDA DOS CATADORES E LIMITES PARA O ATENDIMENTO DE SUAS NECESSIDADES

Os catadores não estão dentro das indústrias de reciclagem, local de processamento e transformação dos materiais recicláveis, tampouco estão dentro dos galpões de triagem, espaços privilegiados para garantir a invisibilidade da ocupação. Como em tantas outras cidades do Brasil ou do mundo, os catadores estão nas ruas, catando materiais recicláveis. Alguns se organizam por intermédio de associações e cooperativas e arremetem aos intermediários⁴ o resultado diário do seu trabalho. O trabalho de coleta de materiais recicláveis é aceito pelo Estado, respaldado pelas empresas e útil para toda sociedade, culminando como uma *alternativa* ao crescente desemprego e à preservação ambiental e, também, como *objeto* de políticas de geração de trabalho e renda. A vivência dessas condições vai tecer experiências particulares de vida e trabalho para o segmento de catadores de materiais recicláveis.

No município onde foi realizada a pesquisa, ora apresentada, a população de catadores de materiais recicláveis é de mais de 3 mil, segundo as estimativas do MNCR/RS⁵. São adultos/jovens, com uma média de idade de 38 anos; 84% deles têm mais de 26 anos. Entre os entrevistados, 61,3% se constituem por mulheres, demarcando o aumento destas no desenvolvimento da atividade de coleta. Segundo as lideranças do MNCR/RS, essa situação mudou marcadamente nos últimos anos. Em uma situação de apreciação dos dados da pesquisa, uma liderança observou: *Como mudou! Há pouco mais de dois anos a maioria era de homens*⁶.

Assim como se destaca o aumento do número de mulheres nas atividades de coleta, também se identifica que algumas delas estão nessa atividade há muito tempo, pois a ocupação não é recente na cidade: *atuo na catação e triagem há mais de*

⁴ Trata-se de compradores dos materiais coletados pelos catadores nas ruas. Esses intermediários se estabelecem em pequenos depósitos, às vezes, nos próprios domicílios, onde negociam com catadores para posterior fornecimento de materiais recicláveis aos grandes compradores.

⁵ Esse número pode chegar a 5 mil segundo as estimativas da ONU. Para esta organização, 2% da população das cidades da América Latina e da Ásia constituem-se de catadores materiais recicláveis (DIAS, 2009).

⁶ Catador de 26 anos, representante estadual e militante ativo do MNCR, participou de diversos eventos nacionais e internacionais.

*dezessete anos*⁷; *eu tenho mais de trinta anos na catação*⁸. O trabalho das mulheres na coleta de materiais recicláveis tem muitas facetas. Além de determinadas normas de gênero como capacidade para decifrar “[...] os diversos materiais através do toque, do olhar e do cheiro [...]” (RIBEIRO, 2011), está relacionado ao aumento da pobreza e à extrema precarização das condições de vida e trabalho daqueles que realizam a coleta.

Os depoimentos revelam a inserção das mulheres no trabalho de coleta motivada pela necessidade; entretanto, sua inserção nos grupos organizados é limitada devido ao preconceito e ao machismo: *Acho que elas pensam que somos burras. Não reconhecem que as mulheres também são capazes. Se a gente é capaz de coordenar a família, a gente é capaz de muita coisa. Os homens se preocupam em serem orientados por mulheres*⁹. Esses depoimentos expõem as situações vividas pelas mulheres, semelhantes às relações históricas nas quais elas têm sido submetidas, além de mostrar outras desigualdades se perpetuando no interior da organização da coleta de materiais recicláveis. Além de constituírem a maioria no desenvolvimento do trabalho, as mulheres também são maioria na chefia dos lares. Dentre os entrevistados, 61,3% são mulheres, chefes de família, responsáveis pelo provimento de condições de subsistência para seus grupos familiares, os quais 34% são compostos por 3 a 5 pessoas.

Diante do desemprego, o grupo familiar é encarregado de dar conta das condições de subsistência dos seus membros e os rendimentos, para 42,7% dos entrevistados, variam entre R\$ 300,00 a R\$ 600,00/mês, não sendo determinados somente pelo número de pessoas que catam na família, mas pelo tempo de trabalho dedicado à catação, pelos locais onde a coleta é realizada, pelo domínio técnico que permite o reconhecimento de materiais com maior ou menor valor, entre outras variáveis.

Os catadores, com muita frequência, moram em áreas de ocupação irregular, nas proximidades de fronteiras com áreas loteadas ou de preservação ambiental, mas, principalmente, nos bairros com menos condições de habitabilidade. De modo geral, o que se observa nos bairros é que o poder público é alheio à criação de condições mínimas de habitabilidade para essas populações. Essas situações levam os moradores a

⁷ Catadora de 48 anos, cooperada, atua na unidade de triagem e participa de atividades relativas aos grupos organizados. Já trabalhou como cuidadora de pessoas com sofrimento psíquico.

⁸ Catadora com 53 anos, cooperativada, moradora da Vila Pontilhão; exerce liderança entre os catadores. Excluída do sistema educativo formal antes de concluir a 4ª série.

⁹ Idem.

recorrem às suas próprias soluções: “compram” os lotes de estelionatários, “emprestam” água dos moradores dos bairros vizinhos através de encanamentos clandestinos, às vezes, feitos por dentro de valas e esgotos, entre *alternativas* possíveis para a garantia de condições mínimas de vida. Do total de residências, 52,7% utilizam iluminação elétrica irregular. Com o abastecimento de água, a situação é semelhante: 55,3% informam não contar com esse serviço. Algumas vezes, a água é proveniente da rede geral, outras vezes, de poços abertos na terra. O esgotamento sanitário é a céu aberto em 73,3% das residências e somente 80,7% dos entrevistados declaram a existência de banheiro em suas casas.

O trabalho de coleta, associado ao tipo de construção e à ausência de condições sanitárias, como acesso à água encanada e ao esgotamento, tornam essa população vulnerável a doenças e a sérios problemas de saúde. Todavia, esses trabalhadores se submetem a condições insalubres, visto que suas atividades, na maioria das vezes, são realizadas a céu aberto. Os entrevistados destacam problemas como pressão alta e complicações respiratórias e reumáticas, os quais muitas vezes inviabilizam o trabalho que exige força e exposição a intempéries. Mesmo para os catadores organizados, os cuidados com a saúde são adiados em função das exigências do trabalho: *Na cooperativa, se eu não trabalho, eu não recebo; assim, não posso me tratar*¹⁰.

Quanto à escolaridade dos entrevistados, a maioria não concluiu o ensino fundamental. Compõem essa população alguns que nunca frequentaram a escola e outros que não concluíram o ensino primário. O interesse de retorno ao ensino formal é manifestado por exatamente a metade dos entrevistados. Uma catadora questiona: *Você sabe por que alguém é catador? Porque não estudou e não sabe fazer outras coisas*¹¹. Essa associação não se dá por acaso, visto que existe um investimento em ligar o nível de escolaridade à empregabilidade, de modo a associar o sistema educacional aos interesses econômicos naquilo que refere o exercício formal de trabalho.

Outro aspecto que contribui para a caracterização da população de catadores de materiais recicláveis diz respeito ao acesso dessa população aos direitos e benefícios sociais. Quase metade dos catadores entrevistados não acessa nenhum benefício social. A inclusão no Programa Bolsa Família (PBF), de transferência de renda atinge menos da metade dos entrevistados; outros recebem aposentadoria ou estão incluídos no

¹⁰ Idem.

¹¹ Conforme nota 9.

Benefício de Prestação Continuada (BPC) e no Programa de Atenção Integral à Família (PAIF). Na realidade, torna-se natural, ao ser considerado como trabalhador da coleta, que o entrevistado negue o recebimento do benefício. Um dado que reforça essa interpretação é o do baixo índice de contribuintes da previdência social, apenas 3% dos entrevistados. 9,3% se declaram aposentados em decorrência da contribuição com a previdência social durante a realização de outras ocupações. Durante as entrevistas, uma catadora cooperada revela suas dúvidas em relação a sua condição de contribuinte da previdência social: *Se tem algum benefício ser da cooperativa, eu não sei qual é. Acho que tem INSS, mas nunca vi os recibos*¹².

Cabe ressaltar que o acesso aos direitos e benefícios sociais é tema debatido em oficinas organizadas pelos e para os catadores, nas quais eles são orientados sobre seguridade social, especificamente sobre a previdência social, visto que os integrantes do MNCR/RS acompanham e participam da Mobilização pela Previdência Especial aos Catadores. Eles reivindicam a inclusão do catador como segurado especial, a contribuição de 2,3% da renda para o INSS, a aposentadoria aos catadores por tempo de serviço sem contribuição, a garantia de seguridade social para cerca de 800 mil trabalhadores que atuam na coleta e o fim dos impostos patronais para as cooperativas populares¹³. Nesse contexto, “o trabalho é o elemento que determina a justaposição contraditória entre previdência e assistência social, o que em tese geraria uma cobertura para todos, inseridos e não inseridos na relação salarial” (BEHRING, 2008, p.154). Contudo, as transformações no mundo do trabalho repercutem em alterações na luta política do trabalho, provocando o predomínio da política de assistência social entre as demais políticas de seguridade social.

Essas condições demandam formas específicas de inclusão social pelo trabalho, nelas os catadores priorizam suas reivindicações em relação às suas necessidades, as quais estão condicionadas à criação de condições de trabalho.

2 MECANISMOS DE ORGANIZAÇÃO E CONDIÇÕES TRABALHO NA COLETA SELETIVA

¹² Conforme nota 9.

¹³ Informações colhidas a partir das observações realizadas nas oficinas do programa CATAFORTE, realizadas durante o ano de 2010 em Gravataí/RS.

As reivindicações dos catadores se associam à possibilidade de constituição de espaço de trabalho, diante da expectativa de Pagamento por Serviços Ambientais Urbanos (PSAU)¹⁴. Essa possibilidade vem ganhando força e, em alguns municípios se constituindo com base na formação de associações e cooperativas de catadores. Na primeira década do século XXI, essas formas se expandiram para além das grandes metrópoles, atingindo diversas cidades brasileiras.

No município onde foi realizada esta pesquisa, no ano de 2009, foi celebrado *contrato* de prestação de serviços na área da coleta seletiva entre a Prefeitura Municipal e uma Cooperativa de Catadores. Este é o primeiro município do Estado do Rio Grande do Sul a realizar esse tipo de contrato. Esse contexto foi criado pela ação do segmento de catadores e por meio da administração governamental, em nível local e representa um importante marco das articulações entre o poder público municipal e a organização de catadores, nos seus mais de dez anos de existência naquele município.

O ponto decisivo da movimentação em torno da formação da associação de catadores que levou ao estabelecimento do referido contrato foi o desmonte do lixão¹⁵ da cidade no ano de 2000 quando este foi transformado em um aterro sanitário e, a partir de um consórcio entre municípios, ganhou uma estrutura de engenharia compatível com padrões ambientais consagrados internacionalmente. Conseqüentemente, em cumprimento às determinações dos organismos internacionais, também deixou de servir de lugar de coleta e seleção para os catadores de materiais recicláveis.

Ao lado do aterro sanitário, passaram a funcionar os dois galpões de triagem de materiais recicláveis. O trabalho passou a ser organizado por meio de duas associações e, mais tarde, um galpão foi transformado em cooperativa. Nos galpões, os catadores recebem os materiais recicláveis coletados mecanicamente na cidade, por intermédio

¹⁴ Uma investigação da possibilidade de pagamento por serviços ambientais urbanos, focados nos catadores de materiais recicláveis, indicou os benefícios potenciais da reciclagem para a sociedade brasileira, no caso de encaminhamento dos resíduos sólidos para a reciclagem, e não para os lixões e aterros (IPEA, 2010).

¹⁵ Ainda na década de 1990, o município contava com um lixão que recebia resíduos sem nenhum tratamento e era comum que os catadores realizassem a coleta e a classificação dos materiais no local. Um diagnóstico realizado pela Secretaria Municipal de Urbanismo, em 1998, constatou a presença de 26 catadores no local, alguns vivendo e sustentando seus familiares há mais de três anos com a renda proveniente da catação realizada diretamente no lixão. À época, 30% dos catadores declararam uma renda superior a quatro salários mínimos e 15%, uma renda inferior a um salário mínimo. Apenas 20% dos entrevistados se mostraram interessados na organização de forma associativa dos catadores, como possibilidade de melhoria das condições de trabalho a que estavam expostos (PMG, 1998).

dos serviços de empresa privada¹⁶. Entretanto, um deles também recebe os materiais recicláveis coletados pelos próprios catadores por meio do referido *contrato* de prestação de serviço de coleta seletiva no município.

Nos galpões, os associados fazem a separação, a prensagem e a comercialização dos materiais recicláveis, o que envolve o pagamento dos catadores pelo material entregue nos galpões e a venda a indústria de reciclagem. A associação que recebe também os materiais coletados pelos catadores se diferencia por se constituir numa “[...] minicentral de comercialização” (OLIVEIRA, 2010).

As formas associativas e cooperativas reivindicadas pelos catadores pretendem instaurar um novo modelo de relações no qual o catador deixa de vender os materiais recicláveis aos intermediários, considerados “patrões” e incentivadores da competição e do individualismo e passa a se organizar por meio da associação ou da cooperativa, visando à “[...] luta pela autogestão do trabalho e pelo avanço no controle da cadeia produtiva de reciclagem” (MNCR, 2010a, p.13). De fato, com a formação das associações, os catadores passaram a organizar as atividades com uma nova infraestrutura e estabelecer relações muito distintas daquelas que se davam no lixão ou então com os atravessadores¹⁷.

É importante considerar que a mobilização dos catadores pretende que a organização do segmento, nas formas de associação e cooperativa, seja o modelo hegemônico. Para tanto, os catadores reivindicam ao poder público municipal a *contratação* da associação para a prestação de serviços de coleta seletiva urbana. Esta é realizada até então, exclusivamente, por contrato com empresas privadas que coletam e transportam o material diretamente até o aterro. Uma pequena parte do material recolhido por essas empresas, em determinados dias da semana, em que é colhido o material reciclável, é enviada às unidades de triagem. Consequentemente, os catadores ficam confinados ao trabalho de triagem dos materiais dentro dos galpões.

Em vista disso, a mobilização para a *contratação* das organizações de catadores impulsiona a mudança do modelo de coleta seletiva mecanizada para o de coleta seletiva solidária. Esta se baseia na coleta porta a porta, realizada por catadores, além de

¹⁶ Trata-se da empresa JC Lopes, cujas atividades envolvem transporte de cargas e comércio de materiais de construção e serviços de limpeza pública e engenharia ambiental, especificamente limpeza urbana, coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos domiciliares, industriais e especiais.

¹⁷ Trata-se também de intermediários, compradores de quantidades significativas de materiais recicláveis. Também são denominados aparistas.

envolver outros procedimentos como separação, enfardamento, pesagem e comercialização dos materiais, entre outras atividades. Todavia, organizar os catadores em associações e cooperativas que assuma os *contratos* de prestação de serviços não é tarefa simples.

Pode-se observar durante a realização desta pesquisa que, entre os grupos organizados nas duas associações, tanto o “ingresso” quanto o “desligamento” de catadores são situações frequentes e que produzem uma movimentação, principalmente, no desenvolvimento de atividades de coleta porta a porta, e essa movimentação, por sua vez, resulta num significativo número de novos associados.

O pouco tempo de participação em grupos organizados justifica o grau de desinformação dos catadores em relação às condições sob as quais se dá a sua atuação na associação e, também, em relação às condições de *contratação* para a prestação de serviços entre a associação e a Prefeitura Municipal. Alguns associados manifestam que: *Se pudesse [se houvesse o contrato] seria bom, seria ideal, pois teria mais material. O caminhão da empreiteira pega mais material que o catador. Os moradores dão para o caminhão porque tem catador que rasga a sacola e despeja a merda do cachorro no chão para ficar com a sacola*¹⁸.

O desconhecimento da contratação por parte dos associados não impede o reconhecimento da sua importância para a organização. No entendimento dos catadores, a importância do seu trabalho na coleta porta a porta consiste no conhecimento “especializado” que eles têm para o reconhecimento dos materiais e na otimização da coleta destes para a reciclagem.

Pode-se constatar, mesmo entre os catadores associados, há aqueles que manifestam o desconhecimento em relação ao contrato de prestação de serviços, assim como dos direitos que podem ser acessados por conta do referido contrato; inclusive direitos que foram pauta de reivindicação da organização nacional como o da inclusão do catador no sistema previdenciário, por meio do pagamento do INSS. Nota-se a necessidade de maior investimento por parte da associação ou da cooperativa na socialização de informações pertinentes às condições de trabalho dos associados. A manutenção do associado alheio às próprias condições de trabalho aproxima a

¹⁸ Idem nota 9.

associação ou a cooperativa das formas majoritárias de organização econômica e social, contra as quais elas justificam sua existência e suas lutas.

A respeito dos equipamentos como as máquinas adquiridas para a realização do trabalho dentro dos galpões, muitos trabalhadores preferem não usá-las. Como já se anunciou nessa pesquisa, a maioria são mulheres, que *preferem “fazer tudo no muque”*¹⁹. A organização do trabalho tem seus limites dados pela inexperiência em termos de trabalho organizado, conforme declaração dos catadores e pela precariedade de condições para a realização do trabalho. Essas características, no entanto, não afastam os catadores do trabalho de coleta. Ao se constituir na única possibilidade de renda para muitos trabalhadores, constitui-se também na captura às formas impostas pelas novas técnicas e formas organizacionais, presidida por longas jornadas de trabalho e pelo pagamento à base da produção (IAMAMOTO, 2006). Os depoimentos dos catadores indicam que o tempo dedicado à coleta excede o de oito horas diárias: *Às vezes a entrega de uma carga dura até doze horas. Geralmente são umas dez horas de trabalho. Quando tem entregas, são doze horas de trabalho*²⁰.

A sujeição em relação às extensas jornadas de trabalho, sem vínculo trabalhista estável, com a anuência dos catadores, é movida pelas necessidades de subsistência, às vezes, pela expectativa de mudança de condição social e pela liberdade do que e como fazer. As declarações dos entrevistados reproduzem a ordem do trabalho sem horário, sem padrão, sem ritmo e as contradições engendradas por essas formas.

Neste contexto, uma diversidade de rumos e sentidos vai impor-se às práticas da associação contratada pelo poder público municipal para a prestação de serviços. O que mobiliza os trabalhadores são as necessidades, as situações de pobreza e de desocupação somadas aos valores e princípios da autogestão ou da gestão coletiva e democrática do trabalho de coleta organizado na condição de movimento social. Entretanto, a contratação da associação/cooperativa para a prestação de serviços para o município exige condições de competitividade no mercado e de lucro com as quais os trabalhadores precisarão se relacionar: *A cooperativa vende direto para a fábrica, e o*

¹⁹ Este slogan é utilizado no cotidiano de trabalho, principalmente pelas mulheres quando indagadas a respeito do uso de equipamentos adequados ao transporte dos fardos que chegam a pesar 200 Kg e são arrastados com a força braçal desde o interior até o pátio dos galpões (RIBEIRO, 2011). Posteriormente, os fardos são carregados em caminhões para o transporte até os grandes intermediários ou as fábricas de reciclagem.

²⁰ Catador, 25 anos, associado e cooperativado. Atua na coordenação de atividades da cooperativa. Participa de atividades de mobilização e de organização dos catadores em Gravataí e demais cidades do Estado.

*material é mais separado. É muito difícil, mas ganha valor*²¹. Esclarece: *Se fosse só o sistema cooperativado, seria uma ferramenta insuficiente para trabalhadores independentes, autônomos, mas, organizados como movimento social, temos um diferencial. Se a cooperativa pensa em mais ganhos para os catadores, o movimento, então, quer esses ganhos para um grupo muito maior*²².

Pode-se entender, a partir desses depoimentos, que a preocupação do catador organizado é garantir através de maior quantidade e qualidade, agregar valor aos materiais comercializados diretamente com as fábricas. Todavia, sua lógica organizacional, seu ritmo produtivo e custos, em parte, tendem a ser comandados pelo mercado. Mesmo para os catadores que já alcançaram um maior nível de organização e já formalizaram um contrato de prestação de serviços para a coleta seletiva no município, as dificuldades e tensões entre o trabalho de coleta, o poder público e a sociedade em geral ainda estão presentes e são reconhecidas pelos catadores.

Na realidade, os modos de organização e inserção desses trabalhadores são atravessados por relações contraditórias. Os depoimentos revelam as tensões entre os diferentes interesses e os diversos sujeitos envolvidos nos processos de organização em torno da coleta de materiais recicláveis. Essa compreensão leva a uma apreensão da própria realidade e impulsiona a organização desses trabalhadores.

É importante destacar que as manifestações de interesse em formação e capacitação na área da coleta seletiva, de certa forma, estão associadas às expectativas dos grupos organizados, principalmente pela possibilidade de retorno da atividade, visto que proporciona “garantia de sobrevivência” e “benefício ambiental” (MNCR, 2010b, p. 8). Também estão vinculadas às exigências postas à ocupação, pois, para esta se consolidar e se expandir, precisa atender a uma série de requisitos e, assim, levar os catadores a transformarem lixo em mercadoria.

Foi a partir dessa realidade que os catadores criaram espaços de formação para conhecer o ciclo produtivo dos materiais. As formações são guiadas por cartilhas com instruções sobre as etapas do processo produtivo dos materiais recicláveis e noções de associativismo e cooperativismo com base na autogestão. As etapas do trabalho de coleta envolvem a campanha de rua para a coleta seletiva solidária e a sensibilização da

²¹ Catadora, 30 anos, compõe o conselho de administração da cooperativa; atua na unidade de triagem dos materiais recicláveis; não realiza coleta porta a porta.

²² Catador, 38 anos. Iniciou na coleta porta a porta há um ano. Atua no centro da cidade onde consegue grande quantidade e boa qualidade dos materiais recicláveis .

comunidade, o cadastro dos moradores e dos comércios que estão dispostos a participar da coleta; a triagem dos materiais, os critérios e as regras de separação de acordo com os tipos dos materiais, mas também com os interesses das empresas e dos produtos com maior valor de mercado; a amarração dos sacos com identificação dos produtos e o descarte dos rejeitos para evitar o acúmulo nos espaços de estoque.

As orientações sobre o empreendimento associativo e cooperativo contemplam a criação de canais de participação democrática, as funções e as atividades dos conselheiros e diretores, a construção de estatutos, as bases de acordo, a gestão administrativa e a autogestão (MNCR, 2010b). Ainda que esses princípios tenham pertinência, quanto a imprimir valores e critérios éticos para as condutas dos trabalhadores (MNCR, 2010b), eles estão dissociados das condições estruturais do trabalho coletivo e, conseqüentemente, enfraquecem o debate acerca da percepção do trabalho, reduzindo-o a uma dimensão voluntarista, como se sua realização dependesse apenas da vontade do trabalhador.

No município onde se realizou esta pesquisa, as lideranças contam com um histórico de participação em outras ações de organização social e popular, de articulação com outros grupos e movimentos, porém, em seu conjunto, esses trabalhadores não tiveram essas experiências. Os dados da pesquisa revelam que 74,7% dos entrevistados não participaram de formação ou capacitação, inclusive de reuniões ou de qualquer outra atividade; somente 25,3% participaram de formações sobre a organização do segmento de catadores na cidade.

Nas diretrizes e nos princípios tecnológicos, empregados na construção de modos de fazer a coleta, destacam-se as ações de formação e capacitação realizadas, com vistas à geração de trabalho e renda, mas também como aspiração a uma nova ordem social. Com mais precisão, pode-se dizer que as relações entre os próprios catadores, deles com a cidade, com o poder público e com a paisagem empresarial em torno da atividade que exercem informam sobre as tecnologias vinculadas ao trabalho que desenvolvem e as formas de sociabilidade forjadas nas suas experiências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, os dados apresentados demonstram a precariedade das condições em que vivem e trabalham os catadores de materiais recicláveis. Essas condições

demandam uma forma específica de inclusão social pelo trabalho, na qual os catadores priorizam suas reivindicações em relação às suas necessidades de moradia, acesso aos serviços de saúde, educação e assistência social. Essas necessidades são condicionadas pela própria criação de condições de trabalho.

O trabalho de coleta de materiais recicláveis envolve um número considerável de equipamentos e procedimentos produzidos ou acessados pelos catadores, conhecimentos que devem ser usados diretamente na realização da atividade de coleta. É uma questão de tempo, de trabalho, de observação, de desenvolvimento e de aperfeiçoamento constantes. Tornar-se um catador envolve, além da força física disponível para o trabalho, o bom aproveitamento dessa mesma força para adaptação do corpo aos equipamentos e ao conhecimento dos materiais. É necessário reconhecer plásticos, papéis, metais, entre outros materiais, visto que estes apresentam valores diferentes e grande flutuação no mercado.

Junto a isso se soma o fato de que o material reciclável que é posto nas ruas pelos moradores exige a coleta de uma quantidade que excede a capacidade de transporte nos carrinhos de tração humana ou elétricos. Além disso, a qualidade do material não é garantida em vista da seleção ser realizada por muitas pessoas que desconhecem o que pode ou não ser reciclado. Assim, transportar todo o material classificado pelos moradores como reciclável, com o uso de energia física própria ou elétrica por longas distâncias, revela o *contrato* de prestação de serviços como uma *faca de dois gumes*. De um lado, uma conquista de espaço que afirma o catador como trabalhador da coleta seletiva, de outro, daquele que suja as ruas ao abrir as sacolas, retirando delas o que lhe interessa e deixando o restante ao relento. De um lado, uma conquista política; de outro, a produção da imagem contrária a que se gostaria de produzir.

Nesse conflito, fica evidente a parte da atividade dos catadores que foi relegada à invisibilidade tanto pelas políticas de inserção social e econômica, com pretensões ambientalistas, quanto pelas reivindicações e conquistas dos próprios catadores, qual seja: a parte da seleção dos materiais recicláveis. Com a extinção dos lixões, que constituíam em um local de seleção por excelência, o esforço de congregar os catadores se concentrou nas unidades de triagem, associações ou cooperativas destinadas à classificação e pesagem da produção. Na verdade, ao que tudo indica, a classificação que ocorre nesses locais é posterior a uma seleção que pode ocorrer diretamente nas

ruas ou nos domicílios dos catadores, quando estes elegem o que tem valor e que é possível transportar.

A estrutura dos galpões não comporta a seleção de todo o material reciclável posto nas ruas, tampouco o número de trabalhadores que seria exigido para o trabalho de seleção. Em outros termos, os catadores não têm como coletar tudo o que é disponibilizado pela população sem antes fazerem uma seleção, assim como a unidade de triagem não tem infraestrutura para comportar todo o material, tanto pela quantidade quanto pela qualidade.

Nesse sentido, a realidade vivenciada pelos catadores mostra que seu trabalho é dinâmico e, no seu percurso, experimenta transformações. Assim, as novas formas de domínio da ocupação evidenciam a utilização de tecnologias produzidas pelos próprios catadores e a utilização de tecnologias que incidem sobre esses trabalhadores. Demarquem-se, nesses processos, a inserção de novos produtos e de novos modos de fazer a coleta, incluindo seus instrumentos e suas metodologias, seja para o trabalho realizado dentro dos galpões, seja para aquele realizado nas ruas.

REFERENCIAS

BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BORTOLI, Mari Aparecida. Catadores de materiais recicláveis: a construção de novos sujeitos políticos. **Rev. Katálysis**, v.12, n.1, p. 105-114, 2009.

MOTA, A. E. Entre a rua e a fábrica: reciclagem e trabalho precário. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 3, n. 6, 2002.

_____; AMARAL, A. S. Estruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: _____. (org.) **A nova fábrica de consensos**: ensaio sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas do serviço social. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MNCR. MOVIMENTO NACIONAL DE CATADORES DE MATERIAS RECICLÁVEIS. **Cartilha Nacional de formação Política das Bases do MNCR**. 2010a.

MNCR. MOVIMENTO NACIONAL DE CATADORES DE MATERIAS RECICLÁVEIS. **Cartilha Nacional de formação Política das Bases do MNCR**. 2010b.

OLIVEIRA, C. B. **A questão social da reciclagem**: um estudo sobre reflexividade, e articulação de redes sociopolíticas no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: PUCRS, 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)-Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

RIBEIRO, I. M. **Aguentando o tranco**: etnografia com catadores de materiais recicláveis. Porto Alegre: UFRGS, 2010. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional)-Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Faculdade de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.